

De predicação matriz a operador evidencial. A gramaticalização de *diz que*

Vânia Cristina Casseb Galvão
(Universidade Estadual de Goiás)

Resumo

Este artigo trata do processo de gramaticalização desenvolvido pela predicação matriz (*ele diz que* no português contemporâneo do Brasil e que tem como alvo os usos evidenciais expressos pelo operador proposicional [dizk]. Atenta-se para os fenômenos de natureza semântica e de natureza sintática que implementam a alteração do estatuto categorial.
Palavras-chave: Predicação matriz; Gramaticalização; Operador; Evidencialidade.

Considerações iniciais

Em (1), *diz que* aparentemente introduz uma oração encaixada, mas diferentemente do exigido pela estrutura argumental do predicado *dizer*, não exerce função predicativa, não apresenta um agente do dito, um referente no mundo

real a quem se pudesse atribuir a origem da fala subsequente.

- (1) L1 (...) e assim:: morreu um colosso de gente aqui em São Paulo
nessa ocasião que foi ..
L2 *diz que* em Jundiá também enterravam ...agora (dá um) (...) em () Campinas foi menos (NURC/SP,D2, INQ.396)

Recorrente na língua falada, o uso exemplificado indicia um fenômeno de mudança lingüística direcionado para um domínio mais abstrato da língua, das qualificações relacionais, ou, mais especificamente, das relações gramaticais de evidencialidade, as quais se referem à expressão da fonte do conhecimento enunciado, aspecto do momento enunciativo e da relação falante / ouvinte nele estabelecida.

O princípio funcionalista da fluidez dos sistemas lingüísticos (HOPPER, 1991) favorece a hipótese de que esse uso, mais abstrato, desenvolveu-se a partir do predicado matriz, cujo núcleo é o verbo *dizer* flexionado na forma finita da 3ª pessoa, singular, presente, indicativo, ((*ele diz que*), e que exige uma oração como segundo argumento, o que pode ser considerado um processo de gramaticalização.

Este artigo trata, portanto, dos aspectos semânticos e sintáticos que atestariam o processo de gramaticalização desenvolvido pela predicação matriz (*ele diz que* no português contemporâneo do Brasil e que tem como alvo os usos evidenciais expressos pelo operador proposicional [dizk]. Inicialmente, descreve-se o *corpus* de análise. Nas seções seguintes, apresentam-se algumas considerações acerca do alcance de fenômenos de gramaticalização e do estatuto categorial da evidencialidade. Nos resultados da análise, explicitam-se os aspectos semânticos e sintáticos que atestam a gramaticalização do (*ele diz que*). Nas considerações finais, destaca-se o rearranjo sistêmico revelado pela formação do paradigma evidencial no português contemporâneo do Brasil.

1 O corpus

O corpus de análise é integrante da amostra representativa de dados do português escrito contemporâneo do Brasil, amostra com mais de 100 milhões de palavras, sediada no Centro de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara (UNESP-FCLAr). Com aproximadamente 12 milhões de palavras, o *Corpus principal* é composto por diferentes gêneros literários, textos identificados como "Literatura Dramática (LD)", "Literatura Jornalística (LJ)", "Literatura Oratória" (LO), "Literatura de Propaganda" (LP), "Literatura Romanesca (LR)" e "Literatura Técnica (LT)".

2 O escopo da gramaticalização

A fase atual dos estudos de gramaticalização revela um amplo interesse em integrar os princípios da gramaticalização a trabalhos em lingüística descritiva e em

lingüística histórica, bem como há uma vontade crescente de se demarcarem os limites desse processo de mudança lingüística, não raras vezes, confundido com discursivização e lexicalização, outros processos constitutivos das línguas cujas mudanças envolvidas rumam conceptualmente para o discurso e para o léxico, respectivamente. Essa confusão tem fundamento: há uma intrínseca relação entre a maioria das propriedades desses três fenômenos e os princípios que os regem.

A dificuldade em se delimitar o alcance do fenômeno reflete a falta de consenso na sua própria definição. Duas tendências principais envolvem os estudos de gramaticalização.

Na primeira tendência, inspirada em MEILLET, dita *lexical* ou *sentencialmente baseada*, o processo é visto como um fenômeno específico, relacionado ao desenvolvimento de itens gramaticais e construções a partir de itens lexicais ou menos gramaticais.

Na segunda tendência, de base *discursiva*, inspirada em GIVÓN (1979), a gramaticalização é considerada um amplo fenômeno relacionado ao desenvolvimento de estruturas gramaticais em geral, cuja origem está não apenas em itens lexicais individuais, mas também em estratégias discursivamente baseadas a partir das quais as características individuais das palavras ou dos morfemas são subordinadas às funções pragmáticas do mecanismo discursivo como um todo (CRISTOFARO, 1998).

Apesar de as justificativas teóricas para se argüir que estratégias discursivamente baseadas desenvolvem um importante papel na gramaticalização (GIVÓN, 1979; TRAUGOTT; HEINE, 1991, e HOPPER; TRAUGOTT, 1993), essa tendência encontra opositores, que questionam a própria definição de discurso (HEINE ET AL, 1991, p. 238).

Não bastassem as questões de delimitação do alcance e da natureza da gramaticalização, há ainda o questionamento do estatuto de teoria atribuído à perspectiva da gramaticalização. CAMPBELL (2001), JANDA (2001), NEWMYER (2001) e NORDE (2001) questionam o valor explicativo da teoria da gramaticalização, e a aplicabilidade de seus postulados às mudanças lingüísticas em geral (mudanças fonéticas, lexicais, semânticas, ou reanálise). Questiona-se, portanto, a independência da gramaticalização em relação a outras teorias de mudança. O argumento principal para esses questionamentos relaciona-se ao fato de que os fenômenos tradicionalmente relacionados à gramaticalização não são exclusivos desse tipo de mudança e, por isso, podem ser descritos a partir de uma teoria maior, como o funcionalismo, e/ou, o gerativismo.

Além de privilegiarem as mudanças diacrônicas, esses trabalhos, que, entre outros, integram o volume 23, de Language Sciences, trazem muitas críticas aos postulados da teoria da gramaticalização. A maioria das questões teórico-descritivas discutidas ali foi revisitada em RAMAT; HOPPER (1998), obra que contribui para solidificar o reconhecimento da abordagem da gramaticalização como uma teoria especial que, sem negar princípios gerais de mudança nem princípios universais de constituição lingüística, atenta para o desenvolvimento de usos com grau maior de gramaticalidade a partir dos elementos lingüísticos pré-existentes no sistema, tanto no plano sincrônico quanto no plano diacrônico.

Entendemos que uma proposta teórico-descritiva coerente é aquela que não privilegia o léxico ou o discurso em suas múltiplas perspectivas, mas que

seja, de certo modo, conciliadora, que abrigue uma noção básica: de que na gramaticalização há a expressão de um domínio mais abstrato em termos de um domínio mais concreto – “algum elemento lingüístico > algum elemento mais gramatical” (JANDA, 2001, p. 107) –, e, geralmente, a codificação de relações gramaticais fixas e autônomas baseadas em estratégias de dependência contextual (CRISTOFARO, 1998), ou ainda, em necessidades discursivas.

Tal visão se traduz no reconhecimento da gramaticalização como o processo pelo qual itens e construções lexicais ou menos gramaticais vêm, em certos contextos lingüísticos, desempenhar uma função gramatical ou mais gramatical, e, uma vez gramaticalizados, podem vir a desenvolver novas funções gramaticais (HEINE ET AL., 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; BYBEE et al., 1994; RAMAT; HOPPER, 1998).

HEINE ET AL. (1991, p. 44) afirmam que o processo de abstração que subjaz à gramaticalização é concernente à maneira como nós entendemos e conceitualizamos o mundo que nos cerca. Objetos que estão mais próximos são claramente mais estruturados e delimitados, são menos abstratos que os objetos que estão mais distantes – menos estruturados e delimitados. Em termos discursivos, elementos referenciais são menos abstratos que aqueles que revelam baixo grau de referencialidade.

Em resumo, sistemas lingüísticos estão em constante transformação. Formas lingüísticas são potenciais candidatas à fonte de processos constitutivos das línguas entre os quais os processos de gramaticalização. Isso significa dizer que expressões lexicais simples ou complexas, conceptualmente mais concretas, podem desenvolver-se em outras de natureza mais abstrata, do plano gramatical, ou expressões menos gramaticais podem desenvolver-se em expressões mais gramaticais ou em expressões de natureza discursiva. Fenômenos de gramaticalização atingem itens e construções.

Essas premissas sustentam a investigação sobre a gramaticalização de um elemento de natureza predicativa, a predicação (*ele*) *diz que* em um elemento relacional, organizador da relação enunciativa, o operador evidencial [dizk], especialmente, dos processos semânticos e de reanálises sintáticas envolvidos. A evidencialidade pode ser expressa por itens lexicais ou por itens gramaticais. Paradigmas evidenciais gramaticalizados podem ser originais nos sistemas lingüísticos ou constituir-se a partir de processos de gramaticalização; é o que se pretende discutir na seção seguinte.

3 Evidencialidade

Há línguas que apresentam um sistema evidencial elaborado, com marcas lingüísticas específicas para codificar as diferentes experiências cognitivas que originaram o conhecimento expresso no conteúdo proposicional. Em termos de DENDALE; TASMOWSKI (2001, p.339) e LAZARD (2001, p.360), significa dizer que, em muitas línguas, a origem da informação é gramatical ou lexicalmente marcada na sentença, e que, em todas as línguas, há meios para se qualificar a origem da informação; contudo, nem todas as línguas têm uma categoria evidencial gramatical. Constatações como essa revelam a necessidade de se

delimitar o domínio categorial evidencial e ajudam a sedimentar a corrente que reconhece como seus integrantes apenas os itens de estatuto gramatical.

ANDERSON (1986) e WILLET (1988), a partir de intuições envolvendo o campo de considerações epistemológicas, são referências entre os estudiosos que vêem a evidencialidade como categoria gramatical individual, ou seja, como uma categoria fechada, paradigma constituído por um determinado número de elementos que não constituem predicados, os quais expressam a origem do conteúdo asseverado na proposição.

WILLET (1988) faz algumas considerações sobre as questões para as quais os estudiosos da evidencialidade atentavam, em meados de 1980, mas que ainda são, de certo modo, atuais:

“Em pouquíssimas línguas (os evidenciais) ocorrem como uma categoria separada; geralmente esse significado é usualmente codificado como parte do sistema modal de uma língua, sobrepondo-se a áreas como tempo e aspecto. Além do mais, uma clara idéia quanto aos precisos significados dos marcadores evidenciais nas línguas que exibem contrastes evidenciais, se gramaticais ou lexicais, está apenas começando a emergir. Conseqüentemente, no momento somente é possível sugerir trabalhar hipótese sobre a natureza e a origem de evidenciais gramaticalizados presentes nas línguas em geral” (op. cit. p. 51).

Há quem fale de *verdadeiros evidenciais*, ao se referir às marcas gramaticais que codificam a fonte do conteúdo asseverado na proposição: “O termo evidencial não inclui todo aquele que tem uma função evidencial, ou seja, que expressa evidência. Evidencial é um fenômeno gramatical especial” (ANDERSON: 1986, p. 273).

WILLET (1988) abre precedente para descrições sobre a categoria evidencial gramatical, os *verdadeiros evidenciais*, em consonância com a teoria da gramaticalização. Acontece que a maioria dessas descrições atenta para o uso já gramaticalizado, não descreve o desenvolvimento, o processo em si, a trajetória que levou aos novos usos gramaticais a partir de itens lexicais ou menos gramaticais pré-existentes nos sistemas lingüísticos. Esse autor deixa de lado as questões de interação da evidencialidade com outras áreas de significado evidencial, como a modalidade epistêmica, por exemplo, e trabalha evidencialidade num *sentido estrito* (op. cit. p. 56), de indicador *da origem da informação*, a partir de línguas que têm esse significado gramaticalizado. DE HAAN (1996, 1997) também parte dessa intuição. Ele reconhece que a evidencialidade é instanciada nas línguas a partir de diferentes formas não-prototípicas, como os modais epistêmicos e deonticos, por exemplo, mas considera como marcadores evidenciais somente aqueles itens que demonstram um certo grau de gramaticalização. Para DE HAAN (1996, 1997), a evidencialidade é uma categoria independente de expressão da origem do conhecimento asseverado na proposição, que pode ou não ser gramaticalizada nas línguas, a qual deve ser distinta e definida a partir de aspectos semânticos e sintáticos e não apenas por critérios semânticos (BYBEE, 1985), sob risco de se incluir todo e qualquer elemento que tivesse algum traço evidencial. Não integram, portanto, a categoria evidencial os itens lexicais indicadores da origem do conteúdo proposicional.

Isso significa dizer, segundo a Teoria Gramática funcional (DIK, 1989), especialmente quanto à organização oracional em camadas, que a função evidencial gramatical é exercida por operadores integrantes do nível III, ou seja, elementos de natureza gramatical, não-predicativa, operadores proposicionais, função claramente identificada no *diz que* em (1) e que não se reconhece em (2), por exemplo, em que o (*ele*) *diz que* é uma predicação matriz, organizada a partir de um predicado, item lexical, verbo pleno, de elocução (dizer) e que exige uma oração encaixada como segundo argumento:

- (2) (...) o deputado federal José Santana de Vasconcelos (PFL) prega uma grande aliança em torno do governador. *Ele diz que o bom relacionamento entre o PFL, o PSDB e o PTB mineiros deve ser estendido ao plano federal. (EM-LJ)*
DEL E_i; X_i; Pres e_i; *dizer* [V] (3s)_{Ag}

Atentamos para o estatuto semântico e sintático dos operadores evidenciais e para as alterações nesses subdomínios de constituição lingüística que atestariam o processo de gramaticalização desenvolvido pela predicação matriz (*ele*) *diz que* no português contemporâneo do Brasil e que originou os usos evidenciais expressos pelo operador proposicional [dizkⁱ].

4 A gramaticalização de [dizkⁱ]

Antes de tratarmos das alterações semânticas e sintáticas inerentes à gramaticalização, interessa atentar para a forma fonte do processo, fundamental para a análise, que tem o princípio da unidirecionalidade como postulado teórico-metodológico básico.

4.1 A forma fonte do processo

Intuitivamente, identificamos duas potenciais candidatas à forma fonte do processo que levou ao *diz que* operador evidencial: as construções *dizem que* e *ele diz que*. No entanto, considerando-se o aspecto *concretude* – ambas as construções representarem uma experiência humana fundamental (*dizer* envolve um processo mental e físico) –, *ele diz que* tem significação conceptual com traço mais concreto, tem todas as propriedades semânticas e sintáticas relativas ao predicado matriz, elemento lexical, verbo pleno, de *elocução* (NEVES, 2000, p. 47-48). O mesmo não pode ser dito de *dizem que*, em que não se pode identificar um agente do dito. Como o *agente* é um dos termos exigidos pela estrutura argumental dos verbos de elocução, *dizem que* configura uma das escalas polissêmicas da mudança em direção à expressão gramatical da evidencialidade, provavelmente, a escala imediatamente seguinte àquela da forma *fonte*.

O (*ele*) *diz que* introdutor de discurso indireto é um predicado que tem traços evidenciais citativos. Trata-se de um uso descritivo no qual se explicitam o agente do dito e a fonte da informação veiculada proveniente de uma experiência evidencial indireta. No enunciado destacado em (2) a estrutura

argumental do predicado matriz de elocução (ação elocutiva) *dizer* foi toda preenchida na proposição (Xi). Obedecendo-se ao princípio da seleção restritiva (DIK, 1989, p. 176), há um primeiro argumento, agente do dito, referencial, com os traços semânticos [humano], [definido], [específico], (op. cit., p. 139ss) – *ele* (o deputado federal José Santana de Vasconcelos). Há, ainda, um segundo argumento oracional, *cláusula complemento* (op. cit. p. 96), que é o próprio conteúdo do que se diz, a especificação do estado de coisas (e).

A constituição semântica individual dos demais componentes da construção matriz também favorece o reconhecimento de (*ele*) *diz que* como fonte do provável processo de mudança que originou o *diz que operador evidencial* em seus diversos usos, exemplificados oportunamente:

- a) a terceira pessoa (*ele*), segundo LYONS (1977, p. 638), não está relacionada a nenhum papel participante positivo, é neutra com respeito aos participantes do ato de fala atualizado. Essa distância permanece nos traços de experiência [-direta] e [indireta] expressos nos usos evidenciais gramaticais do *diz que*.
- b) *que* é um complementizador universal e, segundo FRAJZYNGIER (1996, p. 103), tem entre suas funções duas muito especiais, uma função modal *de re* e de *dicto* e uma função sintática de assinalar a relação funcional na combinação de cláusulas e marcar a fronteira entre elas.

Sobre os verbos de dizer, FRAJZYNGIER (1996, p. 91), reconhece que “a distinção de *dicto* e de *re* é equivalente à distinção entre percepção direta e percepção indireta de estados, de eventos, etc. Em relação aos verbos cognitivos, a distinção corresponde ao conhecimento proveniente de experiência pessoal e ao conhecimento proveniente de boato”. Esse mesmo autor identificou várias ocorrências de construções encaixadas com verbos de elocução gramaticalizadas em funções modais, nas línguas *chadic*.

Identificado o item fonte do processo, procuramos reconhecer outros usos que poderiam integrar o contínuo que descreve o desenvolvimento dos usos evidenciais do *diz que* e que revelará o item alvo da trajetória de mudança, o uso mais abstrato.

4.2 Em direção à evidencialidade gramaticalizada: o contínuo de mudança do *diz que*

Individualizamos todos os tipos de *diz que* (predicativos e não-predicativos) detectados no *corpus*. Alocamos cada um desses usos em um contínuo, tomando como referência as propriedades básicas do item fonte em relação à indicação da origem do conhecimento asseverado (a fonte do dito, o agente), à função sintática, à experiência evidencial que ele descreve, e, conseqüentemente, à tipologia evidencial. O elemento alvo do processo compõe o extremo direito do contínuo desenhado pelos exemplos evidenciais predicativos, predicadores matrizes (de 3 a 8) e não-predicativos de *diz que* (de 9 a 13):

- (3) *Tia Ursula diz que* a água daqui faz bem ao cabelo, (...) (LD), Citativo (i) - Conhecimento descrito e adquirido a partir de uma segunda pessoa identificada.

- (4) João Grilo: você vem com uma história dessas e depois se queixa porque *o povo diz que* você é sem confiança. (LD).
Citativo (ii) - Evidência indireta, voz coletiva identificada.
- (5) *E a Lei diz que* lugar de preso é ali, no xadrez. (LD)
Citativo (iii) - Uso metafórico de (3). Experiência sensorial visual.
- (6) (...), lavada e lustrosa, *ninguém diz que* é a mesma que vai ao Quixadá (LJ)
Citativo (iv) - Conhecimento originado em suposição. Equivale a *todo mundo diz*, mas a voz coletiva (4) é atenuada pelo operador negativo.
- (7) V: Calma, inspetor. *Algo me diz que* o Genival tem novidades para nós. (OM-LD)
Intuitivo - Experiência sensorial indireta (no processamento interno das funções cognitivas).
- (8) – E nós uns trouxas, votamos *num destes que diz que* seu coração sangra ao pensar nos descamisados (...). (BEM-LJ)
Reportativo - Experiência pessoal indireta, conhecimento hipotetizado, possível de acontecer em um mundo qualquer.
- (9) *Diz que* era um rei, tinha uma filha por casar...(CNT-LR).
Reportativo de mito - Experiência indireta, passado remoto, mundo possível.
- (10) B: *Diz que* pedacim do chifre cura quebrante.
M: Do chifre direito. Do chifre esquerdo, cura espinhela caída. (REB-LD)
Assumido - Verdade universal para a qual nenhuma experiência imediata e individual é manifestada (reforça evidência prévia).
- (11) G: Pois é, no Cassino da Urca, olha que chique. Parece até que ela é uma jovem muito simpática, culta, prendada...E rica, é claro. *Diz que* a família dela tem muito dinheiro. (LR)
Inferencial - Conhecimento inferido a partir do que se observa na realidade e no que se descreve na situação de interação, no texto.
- (12) – E a mulher?
– Levaram lá pra dentro.
– *Diz que* lá dentro escutam a gente sim. (...)
– *Diz que* às vezes eles ligam a choradeira das mães para os presos ouvirem.
– *Diz que* é. (CNT-LR)
De boato - Conhecimento de origem incerta ou que, por algum motivo, não pode ser identificada.

- (13) E: Inda conhece pobre? Que beleza... *Diz que* tem dois meninos procurando o pai ali na esquina...(GA-LD)
Especulativo - Conhecimento de origem inacessível, isto é, somente o falante tem acesso à experiência cognitiva que o levou à emissão daquele enunciado.

As propriedades de *diz que* de (03) a (13) indiciam que o contínuo de gramaticalização desenvolve-se gradual e unidirecionalmente tanto no aspecto conceitual – *item lexical (predicado) > item gramatical (operador evidencial)* – quanto no que diz respeito ao valor evidencial, e ao estatuto de validade dos enunciados que esse elemento introduz. Esse contínuo valida o pressuposto teórico funcional-cognitivista de que o percurso de gramaticalização desenvolve-se de um domínio *mais concreto* para um domínio *mais abstrato*. Nas ocorrências de (3) a (5), o conteúdo proposicional é apresentado como verdadeiro, tratando-se de uma asserção de fato, ou, nos termos de GIVÓN (1979), uma pressuposição. De (6) a (8), há uma asserção real, indica-se a origem do conhecimento, mas há possibilidade de dúvida. De (9) a (13), o conteúdo proposicional é uma asserção irreal, é asseverada como possível, provável ou incerta.

A interpretação das propriedades explicitadas anteriormente indica provável configuração do contínuo de gramaticalização do *diz que* no domínio evidencial:

Citativo (i, ii, iii, iv) > Intuitivo, Reportativo, Reportativo de mito > Assumido, Inferencial > De boato, Especulativo.

Tudo indica que o alvo desse processo de gramaticalização é uma posição compartilhada pelos usos exemplificados em (12) e (13), os tipos evidenciais *de boato* e *especulativo*, respectivamente. Os atributos dos usos *fonte*, *alvo* e *intermediários* desse contínuo servirão de parâmetro para a explicitação de todos os fenômenos que dizem respeito às regras de constituição das expressões linguísticas inerentes a essa trajetória de mudança.

Uma questão polêmica relaciona-se à existência de hierarquia entre os processos que são inerentes à gramaticalização. TRAUOGOTT (1989) considera que processos semânticos dão início à gramaticalização, HEINE ET AL. (1991, p. 26-27) dizem que a gramaticalização é motivada principalmente por fatores cognitivos, e seu início tem relação com processos morfossintáticos e fonéticos, e HOPPER; TRAUOGOTT (1993, p. 63-93) atribuem esse papel impulsionador à aliança de processos semânticos e de estratégias cognitivas, de natureza pragmática, envolvendo metonímia e metáfora. BYBEE ET AL. (1994) e SWEETSER (1990) atestam que o desenvolvimento de significados modais se inicia com um estágio polissêmico: uma mesma estrutura formal tem diferentes significações em um mesmo domínio categorial.

Os questionamentos provenientes desses posicionamentos são os seguintes: a) Há realmente uma hierarquia entre os processos; se há, até que ponto ela é constante; ou ainda: esses processos acontecem simultaneamente, sem que haja hierarquia entre eles? ou, b) Há um processo propulsor, e, na seqüência, outros processos acontecem simultaneamente?

Nossos estudos sobre gramaticalização nos levam a acreditar que há um estágio inicial que é polissêmico, e, na trajetória de mudança, simultaneamente, acontecem outras alterações semânticas, morfossintáticas e fonológicas. Nesta oportunidade, destacamos alterações de natureza semântica e de natureza sintática identificadas na gramaticalização de [dizk].

4.3 Alterações semânticas

No percurso *fonte* > *alvo*, dois principais fenômenos estão especialmente relacionados, *bleaching* e *abstração* (HEINE ET AL., 1991, p. 39ss). *Bleaching* envolve a absorção de traços do significado original pela forma *alvo*, mas neste extremo do contínuo há um enfraquecimento, embranquecimento, descoramento das propriedades semânticas originais. A abstração tem relação com generalização (redução das propriedades da forma *fonte*), isolamento (separação de uma propriedade especial do elemento *fonte*), e metaforização (extensão do conceito original).

A noção de *bleaching* tem recebido muitas críticas. CRISTOFARO (1998) diz que *bleaching* só ocorre nos últimos estágios de gramaticalização, quando o item se torna mero indicador de relações gramaticais; nos primeiros estágios seria mais apropriado falar em troca e em transferência de significado. Essa noção pode ajudar a explicar o processo semântico que levou ao uso do *diz que operador evidencial*, pois os dados analisados indicam que a mudança se instaura a partir do descoramento dos atributos semânticos do primeiro argumento a cada subcamada: se não há um agente do dito, como reconhecer o seu valor de verdade? Transfere-se então um fato do mundo real para o mundo do discurso: se não há um agente, a própria ação elocutiva não é factual, está no mundo das possibilidades. E é essa dessemantização que gera o contexto para a expressão evidencial.

A trajetória unidirecional da gramaticalização, explicitada anteriormente, revela que o paradigma evidencial representado pelos usos de *diz que* vai de um elemento conceitual pleno, um predicado matriz, a elementos cujo conteúdo conceitual se esvaiu. Um operador evidencial, pertencente ao domínio das qualificações, expressa um conceito abstrato, cuja manifestação é dependente contextualmente.

O conceito *ação elocutiva* (um elemento do mundo real, *de re*), expresso pela forma *fonte*, gradativamente "descora-se", "embranquece", e daí deriva uma qualificação evidencial do conteúdo proposicional, expressa pelo qualificador da origem do conteúdo proposicional, da própria ação elocutiva (um elemento do mundo do discurso, *de dicto*). Um indício dessa dessemantização é a perda progressiva dos atributos do agente apresentada pelos usos do *diz que*, na medida em que conceptual e semanticamente se distanciam da forma *fonte*.

A escala polissêmica de (3) a (8) apresenta subcamadas nas quais se pode perceber a generalização dos atributos do agente, fonte do dito, numa escala *indivíduo* > *instituição* > *universo*. Gradativamente, a possibilidade de individualização e identificação da origem do conhecimento asseverado se torna remota e culmina nos subtipos evidenciais expressos no canal de gramaticalização descrito a partir dos usos de (9) a (19).

TRAUGOTT; KÖNIG (1991) dizem que a unidirecionalidade é inerente ao aumento da subjetividade: a mudança de significado determinada por gramaticalização sempre procede de um domínio objetivo e referencial para um domínio que envolve as atitudes e opiniões do falante.

Simultaneamente ao embranquecimento semântico há um espriamento, uma espécie de irradiação de traços semânticos proeminentes da forma fonte, interessantes para compor conceitualmente o novo uso.

Tanto no estágio polissêmico inicial quanto no estágio mais avançado, a trajetória de mudança é não-linear, acontece de maneira cíclica, ou seja, as mudanças semânticas não se repetem, são paralelas, aproximadas. A cada ciclo, alguns traços da forma *fonte* são preservados e outros são neutralizados, e, nesse mapeamento, o uso subsequente tem atributos que o aproximam do conceito expresso no uso anterior e atributos que o particularizam. Uma espiral representaria metaforicamente esse trajeto. Tudo indica que esse processo envolvendo um elemento do domínio concreto, descritivo da ação elocutiva, que é associado a um significado do domínio abstrato, qualificador de relações gramaticais evidenciais, resulta da confluência de forças metafóricas e metonímicas.

No estágio polissêmico inicial, propriedades humanas são atribuídas a agentes inanimados, exemplos (3) e (5). Nessa extensão, um conceito associado ao comportamento humano (*dizer*) é empregado para descrever ações não-humanas. HEINE ET AL. (1991, p. 179) definem esse tipo de extensão metafórica como do tipo *pessoa* > *objeto*. Em outro ponto do contínuo, observa-se uma extensão metafórica do tipo *tempo* > *atualidade metafórica*: os usos do tipo explicitado em (9) tanto admitem uma leitura de distância temporal quanto de distância no domínio cognitivo evidencial. O distanciamento temporal funciona como um veículo para conceituar a distância expressa pelo operador evidencial. Nos usos seguintes, essa distância temporal é neutralizada e a significação predominante é de distância evidencial.

Provavelmente, o mecanismo cognitivo que motiva a extensão metafórica *pessoa* > *objeto* no contínuo de gramaticalização do *diz que* é de natureza analógica (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 57): uma atividade especificamente humana, domínio mais restrito, é generalizada para domínios mais amplos, dos seres inanimados (*das instituições*), das universalidades, desencadeando inovações no eixo paradigmático.

A extensão *tempo* > *atualidade metafórica* tem, provavelmente, motivação icônica: a generalização do conceito expresso na construção *ele diz que*, que acontece no estágio inicial, faz que o usuário da língua acione o sistema de regras gramaticais que ele tem internalizado e reconheça nas partes dessa construção as partes da dimensão distância e o conceito evidencial que ele quer expressar. Num segundo estágio, os traços significativos básicos, dos elementos internos da forma *fonte*, são estendidos para codificar simultaneamente um passado remoto e a origem indireta do conhecimento asseverado, a evidencialidade indireta.

A motivação icônica tem relação com a noção de iconicidade desenvolvida em HAIMAN (1985), para quem as representações lingüísticas são exatamente o que parecem ser, e a língua não é somente um inventário de elementos básicos arbitrários; dela faz parte um sistema de regras gramaticais

que combinam essas bases, com a finalidade de expressar elementos complexos. São certas combinações de regras que revelam o aspecto diagramático da percepção de mundo do usuário da língua. PIERCE (1932 *apud* HAIMAN 1985, 9), propõe a noção de iconicidade diagramática, na qual um diagrama é visto como um signo complexo que representa um conceito igualmente complexo, mas que mantém uma certa correspondência entre as partes de um diagrama e as partes do conceito que ele representa. As partes de um diagrama podem ser ícones ou símbolos de seus referentes. Isso nos leva a inferir que há *motivação icônica* para a atuação metafórica que desencadeou o uso evidencial de mito, expresso pelo *diz que*, por exemplo.

Se a terceira pessoa é a não-pessoa, (*ele*) *diz que* é um significado evidencial por excelência, e, se o *que* traz em si uma significação modal, do domínio das relações interpessoais, há correspondência entre a composição semântica individual dos componentes da forma *fonte* e a composição semântica do significado evidencial de mito, mais abstrato, qualificador da fonte indireta da informação asseverada. Isso significa dizer que há motivação icônica para que a construção *ele diz que* empreste material formal e funcional para a gramaticalização de significados evidenciais no PB, ou seja, para que um conceito com mais traços de concretude seja mapeado em um conceito mais abstrato, do domínio gramatical. Esse mapeamento, especialmente no estágio mais avançado do contínuo, parece ter um co-responsável. Há razões para considerarmos a metonímia como um dos fatores de extensão conceitual que, atuando no estágio polissêmico inicial do processo, deu origem aos tipos evidenciais, cujo primeiro uso na escala, é o *diz que evidencial de mito*. Neste tipo, em especial, entendemos que há atuação metafórica e metonímica.

TAYLOR (1989) diz que a extensão metonímica se instancia na perspectivização de alguns dos componentes de determinada estrutura conceptual unitária. Elementos de um determinado conceito são intimamente associados a um conceito referente a outra entidade.

Na atuação metonímica há uma certa relação icônica, por assim dizer, haja vista que os conceitos derivados por relações metonímicas não são arbitrários, provêm de ações de elaboração mental a partir de elementos que integram o conhecimento de mundo do usuário da língua. São conceitos sistematizados que, segundo TRAUOGOTT; KÖNIG (1991, p. 219), remetem a um tipo de inferência pragmática, a "associação conceitual", licenciada por contigüidade, que é fundamentada no mundo discursivo. A contigüidade resulta de uma espécie de "troca significativa", que ocorre quando determinada expressão é usada em determinado contexto, autorizada, de certa maneira, pelo próprio significado original da expressão lingüística.

A representação da ação elocutiva (*o dito*), generalizada metaforicamente e estendida para expressar a distância temporal, caracteriza o uso evidencial *de mito*. Essa representação é conceitualmente associada à distância dêitica e à experiência cognitiva indireta que caracterizam a evidencialidade inferencial e os demais tipos evidenciais que integram o contínuo de gramaticalização do *diz que*: a descrição do ato de dizer (*o discurso indireto*) é substituída pela fonte indireta do dito, que, nos usos do extremo direito do contínuo, tem a propriedade elocutiva esvaída, quase imperceptível.

No uso evidencial inferencial, há indícios de que a mudança acontece exclusivamente por associação metonímica, devido à própria natureza do conhecimento asseverado: a mudança de significado por associação metonímica resulta de um raciocínio *abduativo* (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 65), mesmo processo cognitivo que originou o conhecimento expresso na proposição e que é codificado pelo *diz que*.

Esse caráter *indexal* (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 82), que aponta para relações no contexto, é uma das principais diferenças entre as transferências dos tipos metonímica e metafórica, haja vista que a transferência metafórica se dá por meio de similaridades de percepções sensoriais.

A relação metáfora / metonímia na gramaticalização é tratada por HEINE ET AL. (1991) a partir da noção de *reinterpretação induzida pelo contexto*, uma espécie de manipulação pragmática do discurso, que vincula a interpretação dos conceitos a fatores contextuais e cognitivos. No componente metafórico há, em estágios diferentes, a transferência de um domínio conceitual mais concreto (do sentido *fonte*), para outro domínio, mais abstrato (do sentido *alvo*). No componente metonímico, há uma transição contínua entre estágios. A metonímia reflete um processo pelo qual um dado contexto solicita uma interpretação conceptual específica, que é concreta num primeiro estágio, que pode ser tanto concreta quanto abstrata num segundo estágio, e que é abstrata num terceiro estágio.

Isso implica uma complementaridade entre a metáfora e a metonímia no processo de gramaticalização. Os componentes metafóricos e metonímicos teriam um direcionamento comum, em termos de A à A, B à B (HEINE ET AL., p. 1991, p. 74). Esta notação pode ser interpretada nos seguintes termos: na transição de uma entidade conceitual A para B, há um estágio intermediário (A, B), quando as entidades de origem e as entidades subseqüentes coexistem no sistema linguístico. Tais estágios são responsáveis por ambigüidades e variações nas línguas.

NEVES (1997) explica a gramaticalização como uma extensão gradual de uso de uma entidade original em termos dessa correlação metáfora / metonímia proposta por HEINE ET AL. (1991): "Dois mecanismos estão aí envolvidos: transferência conceptual (que é metafórica e se relaciona com diferentes domínios cognitivos) e reinterpretação induzida pelo contexto (que é metonímica e resulta em conceitos interseccionados)" (NEVES, 1997, p. 135). O reconhecimento da co-atuação da metáfora e da metonímia no processo de gramaticalização não impede que se questione a preponderância de um desses mecanismos nas mudanças em direção ao domínio evidencial. TRAUGOTT; KÖNIG (1991, p. 213) atribuem a responsabilidade maior à metonímia. SWEETSER (1990), ao contrário, reconhece a metáfora como o principal mecanismo desencadeador das mudanças em direção aos significados que qualificam o grau de verdade do conteúdo proposicional, atuando como uma espécie de *mapeamento reduzido* de um significado básico, ou como a extensão de um sentido modal superordenado.

No caso em questão, preferimos não pensar em preponderância, mas em pertinência contextual, pragmática e cognitiva: por analogia, a metáfora aciona o processo polissêmico inicial e causa alterações no eixo paradigmático; a partir disso, por reanálise, a metonímia provoca alterações no eixo sintagmático

e faz gerar um novo significado gramatical do domínio evidencial. A reanálise na gramaticalização instancia alterações semânticas, morfossintáticas e fonológicas nas representações subjacentes, e gera mudança de regras. Um dos principais efeitos da reanálise é a eliminação de fronteiras entre duas ou mais formas morfológicas no desenvolvimento de novas categorias gramaticais.

4.4 Reanálise morfossintática

Na gramaticalização, os processos semânticos como a perda da complexidade significativa, do valor expressivo, abstratização, etc, repercutem nos demais níveis de constituição das expressões lingüísticas. Os usos evidências indiretos (não-descritivos) expressos pela construção *diz que* responderam positivamente aos testes que comprovam o seu estatuto semântico e sintático de operador. As restrições quanto à polaridade, temporalidade, interrogação, hipotetização e concordância e as questões de relação hierárquica e de grau de importância na cláusula ajudam a explicitar o quadro de *decategorização*, um princípio básico do desenvolvimento de novos usos mais abstratos, mais gramaticais.

Para HOPPER (1991), as formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas, as propriedades e os aspectos sintáticos caracterizadores das categorias plenas, que exercem as funções de predicados e termos. Essas formas tendem a assumir atributos de categorias secundárias, mais gramaticalizadas, que exercem funções de operadores e satélites. Para WILLET (1988), evidências gramaticalizados são formas reanalisadas e reduzidas de verbos.

Na gramaticalização, da reanálise morfossintática decorrem outros fenômenos decategoriais como a *vinculação*, um fenômeno morfológico no qual duas ou mais unidades funcionais se juntam para compor uma só (HOPPER; TRAUOGOTT, 1993, p. 40).

No *diz que* de significação evidencial gramatical, há uma vinculação entre o predicado matriz e o complementizador. Esse fenômeno implica outros três processos: a degeneração morfológica da marca de pessoa, a cristalização da *forma fonte* flexionada na terceira pessoa, singular, indicativo, presente, e a dependência morfológica entre a forma cristalizada e o complementizador: o *que* deixa de ser uma entidade autônoma.

Os exemplos a seguir indiciam a reanálise que levou a construção fonte a constituir-se como unidade significativa. Textos de Literatura Romanesca, de autores diversos, trazem a expressão *diz que* na função de operador evidencial de boato, grafada como uma única palavra, como em (14), ou ainda, grafada com apóstrofo:

- (14) – O turco só quando chegou perto do homem reparou na sua grandeza e se espantou:
– Homem, como o senhor é grande! (...)
– *Diz-que* Deus fez eu no mesmo dia que fez o Brasil e nesse dia tinha levantado com mania de exagero, com o perdão da palavra. Tenho para mais de dezena de arrobas de peso e quase que braça e meia de comprimento. (LR)

Mais que um indício da reanálise, da alteração de fronteiras, inerente ao desenvolvimento da nova função gramatical, a tentativa de reproduzir, na modalidade escrita, aspectos entoacionais, fonético-fonológicos e morfossintáticos, cuja verificação plena só é possível em situações de interação na modalidade falada, demonstra que o usuário da língua tem cognitivamente internalizado o princípio de que a língua é dotada de um dinamismo que a faz estar em constante transformação e que permite o recrutamento de formas pré-existentes no sistema lingüístico para codificar novos significados.

HOPPER; TRAUGOTT (1993, p. 170) afirmam que a decategorização leva à redução da finitude do verbo. Entre as conseqüências da eliminação de fronteiras morfológicas, está a perda das capacidades de restrição seletiva e de flexão, inerentes aos verbos plenos. O *diz que* recategorizado como um evidencial não seleciona argumentos e não mais aceita as flexões de tempo, modo e pessoa.

HEINE ET AL. (1991, p. 212ss) apresentam a gramaticalização como um ciclo, noção que reflete bem o dinamismo lingüístico, no qual a reanálise atua como um processo de re-estruturação que leva à reinterpretção das funções morfológicas: um predicado matriz é reanalisado como uma partícula evidencial, tornando-se membro da categoria gramatical dos operadores evidenciais.

THOMPSON; MULAC (1991) observaram, no desenvolvimento de verbos de atitude proposicional em modalizadores epistêmicos parentéticos no inglês, um efeito da reanálise sobre todo o enunciado. De igual modo, observamos esse mesmo efeito em relação ao enunciado qualificado pelo *diz que*: o que era predicado encaixado torna-se predicado matriz, e o que antes era um predicado matriz funciona como operador evidencial, incide sobre toda a proposição encaixada.

Esse aumento de escopo do *diz que* vem, de certa maneira, contrariar a hipótese de LEHMANN (1982) de que a relação entre *autonomia* (liberdade de uso) e *gramaticalização* é inversamente proporcional: quanto mais gramaticalizado um item, menor seria sua autonomia, e menor o seu raio de incidência. TABOR; TRAUGOTT (1998) fazem um estudo, de base gerativista, que deixa essa hipótese cada vez mais distante. Eles atestam que as mudanças de elementos do mundo (referenciais) para elementos do discurso (não-referencial) são naturalmente correlacionadas ao aumento de escopo gramatical porque significados mais abstratos referem-se a uma ampla variedade de circunstâncias.

No princípio da *especialização* (HOPPER, 1991), itens em processo de gramaticalização tendem a ser mais freqüentes. Isso sugere uma ampliação da capacidade de escopo desses elementos, uma vez que o aumento do número de ocorrências de um item pode ocasionar maior diversidade de contextos sintagmáticos nos quais ele pode ser usado.

A impossibilidade de material interveniente a *diz* e *que* (que tem relação com fixidez de ordem) e a sua capacidade de mobilidade na cadeia sintagmática (que tem relação com aumento de autonomia, de campo de incidência (de escopo)) são outros aspectos morfossintáticos da gramaticalização da construção matriz *diz que* em uma unidade funcional. É o que observamos a partir de (15):

- (15) – Mas como é que o padre explica essas coisas todas que a Luzia faz?

- *Diz ele que* há pessoas assim no mundo porque os demônios entram no corpo delas.
- *Diz que* nas Escrituras Sagradas há muitos casos como esses e que Jesus Cristo expulsou o demônio do corpo de muita gente. Winter cuspinhou os pedaços de folha de laranjeira que tinha na boca.
- Não acredite, dona. Não há tal coisa. (TS - LR)

Em um mesmo contexto comunicativo (15), ocorrem as formas *fonte* e *alvo*. No uso não gramaticalizado, com maior traço de concretude, há uma inversão na posição do pronome de 3ª pessoa, sem que haja qualquer modificação no estatuto sintático e semântico do item. O uso sem o pronome é ambíguo, pode receber interpretação de um predicado matriz em que o primeiro argumento, sujeito (*o padre*), não é expresso lexicalmente, ou pode ser interpretado como um operador evidencial de boato. Neste caso, é impossível a interveniência de qualquer material lingüístico entre os elementos. Se inserirmos o pronome pessoal entre *diz* e *que*, a única leitura aceita é a de predicado matriz. Essa ambigüidade também ajuda a mostrar a gradualidade inerente à gramaticalização.

Essa vinculação, de cujas motivações cognitivas se tratou linhas atrás, faz do *diz que evidencial* uma unidade funcional e, como tal, a ordem dos seus componentes tende a ser fixa: invertê-la significa alterar toda a constituição lingüística dessa expressão. A fixidez na ordem decorre da justaposição (ou *vinculação*), uma das propriedades dos itens em gramaticalização incipiente. A medida que o processo avança, dá-se a *coalescência*, que envolve cliticização e / ou afixação.

Em todas as ocorrências do uso mais gramatical do *diz que*, esse operador ocupa a posição inicial. Mas, em situação de fala do dia-a-dia, detectamos esse elemento em posição final, incidindo anaforicamente sobre a proposição. A inversão da posição do *diz que* evidencial em (15a) não altera a gramaticalidade e / ou o valor semântico do enunciado.

- (15a) - Nas Escrituras Sagradas há muitos casos como esses em que Jesus Cristo expulsou o demônio do corpo de muita gente, *diz que*.

Uma explicação simplificada de alguns desses processos anteriormente evidenciados provém de CASTILHO (1997, p. 29): "Ao gramaticalizar-se, um item lexical perde substância semântica e fonética. Quando um item lexical "migra" para a gramática, ele passa a comportar-se como um morfema livre (no caso dos auxiliares), ou como morfema preso (no caso dos afixos derivados de um morfema livre)".

Considerações finais

O reconhecimento de que usos evidenciais gramaticais podem não ser originais no sistema lingüístico do PB sustentou a investigação sincrônica do

processo de gramaticalização desenvolvido a partir do item lexical, predicado matriz de uma predicação encaixada (*ele*) *diz que*. Constatou-se a ocorrência de processos inerentes à gramaticalização nos níveis semântico e sintático de constituição das expressões lingüísticas. Motivada por fatores de ordem cognitiva como a metáfora e a metonímia, a trajetória de mudança instaurou-se inicialmente a partir de uma escala polissêmica, e, posteriormente, se desenvolveu nos vários usos de *diz que* na função de operador evidencial, numa escala configurada em:

Citativo, Intuitivo > Reportativo de mito > Assumido > Inferido > De boato > Especulativo.

Estudiosos dos aspectos categoriais epistemológicos no PB não reconhecem esses novos usos dentre as expressões evidenciais, sejam elas lexicais ou gramaticais. DALL'ÁGLIO-HATTNER (1995), num estudo da manifestação da modalidade epistêmica, a partir dos postulados da GF, diz que, em português, não ocorre a qualificação da proposição por meio de operadores de nível 3, da proposição. Nossa investigação revela que esse quadro está em fase de alteração. O reconhecimento do *diz que* como integrante da categoria evidencial significa um enriquecimento no paradigma das qualificações proposicionais no PB. Os novos usos indicam que o sistema evidencial gramatical no PB está em desenvolvimento, a partir de um processo de gramaticalização. E, ainda, caso o processo de gramaticalização prossiga, essa expressão é uma forte candidata a marcador evidencial gramatical prototípico.

No desenvolvimento do *diz que* como uma categoria funcional, como um operador evidencial, houve dessemantização da forma fonte, a partir da transferência conceptual do mundo real, [+ concreto], para o mundo do discurso, [+ abstrato]. No plano morfossintático, deu-se a reanálise dos elementos constitutivos da expressão, a qual gerou uma reestruturação na configuração enunciativa.

Abstract

This work investigates the grammaticalization process which source form is the matrix predication (*ele*) *diz que* in the contemporaneous Brazilian Portuguese and that target is the evidential uses expressed by propositional operator [dizk]. Semantic and syntactic phenomena related by the change in the categorical status categorical are investigated.

Keywords: Matrix predication; Grammaticalization; Operator; Evidentiality.

Referências

ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change, and mental maps: Typologically regular asymmetries. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J (Ed.). *Evidentiality: the coding of epistemology*. Norwood: Ablex, 1986. p. 273-312.

BYBEE, J. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

- BYBEE, ET. AL. *The evolution of Grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: Chicago University Press, 1994.
- CAMPBELL, L. What's wrong with grammaticalization? *Language Sciences*, n. 23, p. 113-161, 2001.
- CAMPBELL, L; JANDA, R. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, n. 23, p. 93-112, 2001.
- CASTILHO, A. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19. Salvador: UFBa, p. 25-64, 1997.
- CRISTOFARO, S. Grammaticalization and clause linkage strategies: a typological approach with particular reference to Ancient Greek. In: RAMAT, A.; HOPPER, P. (Ed.). *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 59-88.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 1995. 1397. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- DE HAAN, F. *Evidentiality and the inferential evidential*. 1997. Disponível em: <<http://www.unm.edu/fdehaan>>. Acesso em: Nov, 2000.
- _____. *Evidentiality in Dutch*. 1996. Disponível em: <<http://www.unm.edu/fdehaan>>. Acesso em: Nov, 2000.
- DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Introduction: Evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics*, n. 33, p. 339-348, 2001.
- DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- FRAJZINGIER, Z. *Grammaticalization of the complex sentence: a case study in Chadic*. Amsterdam: John Benjamins, 1996.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- HAIMAN, J. (Ed). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- HEINE, ET. AL. *Grammaticalization: a A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991.
- HOPPER, P. J. Some recent trends in gramaticalization. *Annu. Rev. Anthropol*, n. 25, p. 217-236, 1996.
- _____. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-35.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- JANDA, R. Beyond "pathways" and "unidirectionality": On the discontinuity of language transmission and the counterability of grammaticalization. *Language Sciences*, n. 23, p. 265-340, 2001.

- LAZARD, G. On the grammaticalization of evidentiality. *Journal of Pragmatics*, n. 33, p. 359-367, 2001.
- LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization: a programatic sketch*. Arbeiten des Kölner Universalien - Projekts. 1982. (não publicado)
- LYONS, J. *Semantics 2*. Cambridge: University Press, 1977.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- _____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEWMEYER, F. Deconstructing grammaticalization. *Language Sciences*, n. 23, p. 187-229, 2001.
- NORD, M. Deflexion as a counterdirectional factor in grammatical change. *Language Sciences*, n. 23, p. 231-264, 2001. (é d mudo)
- RAMAT A.; HOPPER, P (Ed.). *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1998.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TABOR, W.; TRAUOGOTT, E. C. Strutral scope expansion and grammaticalization. In: RAMAT, A.; HOPPER, P (Ed.). *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 229-272.
- TAYLOR, J. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- THOMPSON, S.; MULAC, A. A quantitative perspective on the grammaticization of epistemic parentheticals in English. In: TRAUOGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological*. v.2. Amsterdam: Benjamins, 1991. p. 313 – 329.
- TRAUGOTT, E. On the rise of epistemic meaning: an example of subjectification in semantic change. *Langueg*, n. 65, p. 31-55, 1989.
- TRAUGOTT, E. C. Subjectification and the development of epistemic meaning: the case of *promise* and *threaten*. In: SWAN, T.; WESTVIK, O. (Ed.). *Modality in germanic Languages: historical and comparative perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. p. 185-210.
- TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological*, v. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- TRAUGOTT, E. C.; KÖNING, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological*, v. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991. p. 189-218.
- WILLETT, T. A. Cross-linguistic survey of grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988.